

AS MULHERES OCUPAM A CIDADE? UM OLHAR FEMINISTA E INTERSECCIONAL SOBRE A EXPERIÊNCIA URBANA FEMININA NO BAIRRO DA JATIÚCA – MACEIÓ/AL¹

JÚLIA DE FREITAS CORREIA LYRA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU-UFAL), Mestranda em Ordenamento do Território e Urbanismo (IGOT-Universidade de Lisboa).
E-mail: julialyra@campus.ul.pt

Partindo do pressuposto de que a cidade não apenas evidencia, mas também reproduz as desigualdades, o artigo busca relacionar a construção social do papel da mulher com sua experiência no espaço urbano, ao analisar como as questões de gênero se materializam territorialmente. Por meio de um olhar interseccional, a análise – baseada em metodologias de escuta anônima e não-anônima – incide precisamente nos conflitos que vulnerabilizam as mulheres nos espaços públicos, demonstrando que as vivências femininas são distintas não somente dos homens, mas diferenciam-se também entre as múltiplas mulheres. A partir dos resultados obtidos, foi possível identificar espaços e as características desses que geram medo e insegurança, a fim de esboçar caminhos para (re)pensar a cidade sob uma perspectiva feminista.

Palavras-chave: Espaços públicos. Planejamento urbano. Gênero. Insegurança. Medo.

INTRODUÇÃO

A cidade – entendida não apenas como reflexo das relações sociais, mas também como um organismo essencial para a manutenção

das desigualdades do sistema capitalista² – é estruturada com base numa lógica patriarcal³ que reservou à mulher uma posição de subalternidade e exclusão. O orquestrado distanciamento da figura feminina do pensar e fazer o urbano produziu – e tem produzido – espaços masculinizados e dicotômicos, rigidamente fragmentados entre esfera pública e privada, materializando uma segregação de gênero que não somente se manifesta na cidade, como a define.

Em contraposição a tal dualidade, experiências feministas demonstram sucessivas tentativas de associar as reivindicações feministas ao estudo territorial. Nesse sentido, Taciana Gouveia pontua que:

Falar das desigualdades não é apenas tratar do problema do ponto de vista do acesso desigual aos espaços e processos das cidades é, acima de tudo, reconhecer que as desigualdades entre mulheres e homens não atravessam a produção e reprodução das cidades, mas são, por princípio, elementos constituintes das mesmas. Esta é uma distinção importante, na medida em que se atuamos apenas no plano das desigualdades de enquanto acesso estaremos trabalhando os impactos da estrutura na vida das mulheres - o que é importante, mas não o suficiente - que ao assumirmos as desigualdades de gênero como estruturadoras e dinamizadoras das cidades estaremos enfrentando a questão do poder e consequentemente dos privilégios que os homens têm com a conservação desta estrutura (GOUVEIA, 2005, p. 1).

Ao partir da ideia de que os alicerces das cidades são as relações de poder⁴ e baseado na compreensão do espaço urbano enquanto elemento atuante no ordenamento das relações humanas, o artigo busca demonstrar

¹Fundamentado no Trabalho Final de Graduação "(Im)permanências e (in)seguranças da mulher na cidade: Pensando os espaços públicos a partir de uma perspectiva feminista no bairro da Jatiúca – Maceió/AL", orientado pela Prof. Dr. Juliana Michaello Macêdo Dias e defendido em 2018 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: https://issuu.com/julialyra0/docs/ftg_-_imperman_ncias_e_inseguran_as. Acesso em: 01 jun. 2019.

²Segundo Silvia Federici (2017, p. 37), "o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo (...) difamando a 'natureza' daqueles a quem explora: mulheres, sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, imigrantes deslocados pela globalização".

³Patriarcado pode ser definido como a organização social que hierarquiza homens em relação às mulheres, marcando a primazia masculina (SAFFIOTI, 2015, p. 145).

⁴Isabela Peccini (2016) afirma que "aprofundar o entendimento da cidade e suas lógicas de produção e reprodução é essencial para que se entenda como a mulher vive esse espaço, assim como de que forma as diversas relações de poder se dão e influenciam sua organização" (PECCINI, 2016, p. 42).

como o papel social historicamente atribuído à mulher representou consequências em sua experiência urbana, marcada pela vulnerabilidade, medo, controle e sua consequente (im)permanência nos espaços públicos. Nesse sentido, para verificar os conflitos e barreiras que as mulheres enfrentam no âmbito urbano, o estudo centra na análise dos sentimentos, dos comportamentos e das experiências urbanas femininas e pretende não apenas distingui-las da vivência masculina, como reconhecer a multiplicidade de experiências compreendidas no termo mulher(es). Para tal, a discussão direciona o olhar ao contexto maceioense, na medida em que compreende o recorte específico⁵ das mulheres ocidentais, brasileiras, contemporâneas, alagoanas, usuárias do bairro da Jatiúca, em Maceió – Alagoas.

O debate apresentado é fruto do Trabalho Final de Graduação, intitulado “(Im)permanências e (in)seguranças da mulher na cidade: Pensando os espaços públicos a partir de uma perspectiva feminista no bairro da Jatiúca – Maceió/AL”, que por meio da realização de intervenções urbanas, questionários e mapeamentos destinados à coleta de narrativas anônimas e não-anônimas, buscou responder: i) quais são os espaços de medo que não são vivenciados plenamente pela mulher; ii) quais são os tipos de espaços que inibem a sua permanência; e iii) quais os conflitos e barreiras que vivenciam nos espaços públicos. Dentre as conclusões da pesquisa, resultantes da apreensão da subjetividade da experiência feminina presente nos relatos e do apanhado teórico do trabalho, merecem destaque: i) o obstáculo da vulnerabilidade na coleta de relatos sobre medo e violência, demonstrando a importância dos mecanismos de escuta anônima (e coletiva); ii) a disparidade das experiências entre as próprias mulheres, resultante de diferentes formas de dominação e opressão de seus corpos – demonstrando a importância de incluir o debate sobre interseccionalidade⁶; iii) a identificação

de medos, espaços, formas de deslocamento e ocupação distintamente segregados e/ou hierarquizados para homens e mulheres; e iv) a adoção de comportamentos específicos e estratégias de sobrevivência como mecanismos de defesa na utilização dos espaços públicos.

Com essas questões em mente, e a partir da compreensão que estes diferentes vieses explicitam o comportamento controlado do corpo feminino enquanto sujeito público, torna-se pertinente e fundamental repensar a cidade, o planejamento e o desenho urbano a partir de uma perspectiva feminista.

O contexto de crise – e, por que não?, reinvenção – que nossas cidades estão atravessando sinaliza a necessidade de novas maneiras de se pensar o planejamento e a gestão urbana (...). Como falar em combate à violência doméstica ou às desigualdades salariais entre homens e mulheres sem levar em conta que o meio urbano é cenário desses conflitos? Com mais de 80% da população brasileira vivendo em cidades, é evidente que o espaço construído exerce influência fundamental na manutenção ou superação de tal assimetria na relação entre homens e mulheres – e que muito pode se avançar ao se abordar a questão a partir da perspectiva do planejamento e desenho urbanos (HARKOT, 2015).

CONSTRUÇÃO URBANA ENQUANTO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para iniciar o debate, cabe elucidar que o espaço urbano não é neutro. Nas palavras de Isabela Peccini, a “produção desse espaço não se dá de forma imparcial, ou seja, se dá pelos olhos e mãos do patriarcado e do Capital e pode funcionar, portanto, como agente de manutenção das desigualdades frutos destes

⁵ A contextualização histórica e social em que se insere a mulher varia de acordo com o tempo e espaço. Quando refere-se aqui a essa(s) mulher(es) específica(s), não há a intenção de reduzi-la(s) a uma generalização, mas reconhecer também que existe uma série de nuances dentro desse próprio contexto que diferencia as mulheres negras das brancas, as ricas das pobres, as cis das trans, etc. No Brasil, segundo dados do Mapa de Violência de 2019 realizado pelo IPEA (2018), ocorrem em média 13 homicídios de mulheres por dia, sendo 66% das vítimas mulheres negras. Ao analisar, ainda, que as taxas de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes, verifica-se que os números de Alagoas (6,4) são superiores à média nacional (4,7), ficando evidenciada também uma desigualdade nos resultados apurados: enquanto a taxa de homicídio de mulheres negras é de 7,9, a de mulheres não negras é de 0,2, demonstrando sobretudo a disparidade racial no Estado.

⁶ O conceito de interseccionalidade, definido por Kimberlé Crenshaw no ano de 1991 em seu artigo “*Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color*” (ou em português “Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres não-brancas”), busca debater de que forma a multidimensionalidade das opressões se combinam e entrecruzam, excluindo a ideia da quantificação e mensuração das variáveis opressoras e compreendendo como tais sistemas se relacionam, modificam-se e geram situações complexas e particulares.

sistemas” (PECCINI, 2016, p. 17). Ainda segundo a autora,

Através da fixação das populações em um território como lugar de moradia e trabalho e a consequente produção de excedentes, se desencadeia uma série de outras necessidades como a de gestão, organização das relações, memorização e registro. Estes espaços e estas relações se constroem e se influenciam sem início e fim, sempre indo e voltando, concretizando de forma abstrata e espacial diversas relações de poder e trabalho (PECCINI, 2016, p. 42).

De forma semelhante, Lefebvre assinala que “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade” (LEFEBVRE, 1991 *apud* GONZAGA, 2011, p. 83). Considerando a urbanização como um fenômeno de classe (VIANNA, 2014, p. 13), pode-se presumir a existência de determinados sujeitos detentores do poder e dos meios de produção que, para garantir a manutenção de sua posição social, devem exercer o controle e tornar outros sujeitos submissos. Pode-se, ainda, correlacionar tal argumento com a constatação Lefebvriana que a primeira opressão de classe foi a “dominação da mulher pelo homem, que, para garantir a propriedade em geral, primeiro transformou-a em propriedade, e, depois, os filhos e escravos” (LEFEBVRE, 1991 *apud* GONZAGA, 2011, p. 83), indicando simultaneamente quem são essas figuras excluídas e quais as intenções omissas na construção de sua exploração.

PROPRIEDADE PRIVADA, TRABALHO, RELIGIÃO E ESTADO NA CONSTRUÇÃO DO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Como visto acima, a sustentação da primazia masculina prevê indissociavelmente a submissão feminina. Pode-se citar, dentre outras diversas, três importantes estratégias de dominação que promovem a manutenção de seus privilégios: i) o argumento da diferenciação biológica entre homens e mulheres, sen-

do essas figuras fragilizadas, desprovidas de força física⁷; ii) o uso da violência e do medo contra a mulher, colocando-a em uma posição de vulnerabilidade; e iii) o controle de sua autonomia financeira. Tais estratégias apresentadas resultam, por ora se pode apurar, da movimentação de um conjunto de atores e ações, dos quais serão elencados três, considerados à grosso modo os principais instrumentos de exploração da mulher.

Em primeiro lugar, o surgimento da propriedade privada. Como consequência do desenvolvimento do comércio e do Estado e a ascendente necessidade de acumulação de bens, o homem transformava a mulher em sua primeira escrava, ao promover a supressão de sua liberdade sexual e de sua função de trabalho na comunidade (ALAMBERT, 1997, p. 26), justificada pela precisão do reconhecimento da paternidade para sucessão de herança. Naquele momento, não apenas concentra-se o monopólio de terras - e, portanto, do capital - nas mãos dos homens, mas atribuí-se ao seu trabalho uma maior importância e “o trabalho da mulher passa a ser desprezado. Em consequência, o lugar principal dos clãs passou a ser ocupado pelos homens” (ALAMBERT, 1997), inicia-se, então, o sistema patriarcal.

As resultantes apontam para o segundo ponto: a hierarquização do trabalho, que dividiu-se em reprodutivo – não remunerado, o qual eram designadas as atividades de cuidados com o lar e dos indivíduos que o habitavam – e produtivo – gerador de mais-valia e, consequentemente, remunerado, o qual foi atribuído maior importância e valor. Assim, tal fato é análogo ao que Vianna assegura em seu discurso:

[...] O primeiro não é valorizado pela sociedade, em primeiro lugar porque não é enxergado enquanto trabalho, e sim como algo que a mulher/esposa/mãe faz por amor e dedicação a sua família, e em segundo lugar pois não é remunerado. Essa hierarquização torna o trabalho doméstico feminino completamente invisibilizado (VIANNA, 2014, p. 23-24).

⁷ É fundamental frisar que tais estereótipos não aplicaram-se às escravas negras, considerando que elas, “enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o ‘sexo frágil’ ou ‘donas de casa” (DAVIS, 2016, p. 20). A autora complementa que “a postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2016, p. 19). Essa constatação é fundamental na medida em que indica o princípio da estereotipação da mulher negra como uma figura forte e agressiva em oposição ao imaginário fragilizado e sensível das mulheres brancas – ainda que ambos tenham seu papel na estrutura patriarcal.

Tal separação, denominada “divisão sexual do trabalho”, promoveu a desagregação entre “economia doméstica e economia pública” (DAVIS, 2016, p. 25), e reforçou a dicotomia mulher/privado x homem/público através da transferência da responsabilidade da casa e dos filhos unicamente à mulher. A dominação masculina fica ainda mais evidente porque mesmo após a inserção massiva da mulher – ou melhor, que mulher?⁸ – no mercado de trabalho permanecem atribuídas a elas todas as funções domésticas, entretanto, essas estão mais ocultas e desvalorizadas. A lógica urbana e os espaços públicos não são readequados para recebê-las (GONZAGA, 2011, p. 47), sobrecarregando-as simultaneamente em duplas ou triplas jornadas de trabalho e sujeitando-as a empregos com baixos salários e pouca valorização profissional. Assim, “cria-se uma base dual para a família: o homem provedor e a mulher na função de dona-de-casa e mãe, e mesmo que ela trabalhe, sua renda será vista como simplesmente complementar à do homem” (VIANNA, 2014, p. 24).

Novamente sob o disfarce da diferenciação biológica, duas importantes instituições de poder não somente ocultam a produção da força de trabalho feminina, como promovem o controle dos seus corpos e da sexualidade, assim como fez o homem. E a mulher torna-se escrava de novos senhores: o Estado e a religião, o terceiro e último ponto aqui elencado. Nesse sentido, Federici cita que:

Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 34).

A “revolução moral” cristã traz consigo princípios e costumes que, em associação com o Estado, moldam e exaltam a mulher “ideal”. Entretanto, sua postura pautada pela dualidade, “oscilava entre Eva e Maria. De um lado,

promovia a mulher, de outro, mantinha sua submissão secular, que ela acreditava estar de acordo com a ordem das coisas” (ALAMBERT, 1997, p. 31). Em outras palavras, promovia a divinização da mulher ao passo que também exercia o controle e dominação de seus corpos públicos⁹.

Um importante exemplo do papel das instituições de poder na posição social da mulher foi o genocídio do caça às bruxas, “(...) fundamental para a constituição do sistema capitalista que necessitava estabelecer o controle sobre os corpos e a capacidade reprodutiva das mulheres, sobre os seus saberes e sua força de trabalho (...)” (SILVA, FARIA, PIMENTA, 2017, p. 4). O acontecimento, que proliferou o terror à “feitiçaria” feminina, proibiu o acesso das moças à universidade – transferindo sua educação para o convento – legislou sobre a incapacidade jurídica da mulher e expulsou-as de suas profissões liberais (ALAMBERT, 1997, p. 44).

É especialmente nestes contextos áperos que torna-se ainda mais pertinente aproximar o debate feminista da perspectiva territorial, não somente porque suas pautas desencadearam uma série de lutas por direitos que se manifestaram na cidade, como também suas reivindicações a modificaram. A compreensão de que “as tarefas produtivas e reprodutivas não deveriam estar fragmentadas no espaço urbano, assim como não deveriam estar segregados os sujeitos” (SILVA; FARIA, PIMENTA, 2017, p. 15) tem centralizado a pauta que critica a dualidade entre o público e o privado, levando em consideração:

[...] os diversos deslocamentos que as mulheres fazem no espaço urbano e a sua relação com a divisão sexual do trabalho. Ter uma dupla jornada de trabalho significa se deslocar para o emprego formal e remunerado e ainda levar filhos à escola, acompanhar doentes ao hospital, pessoas dependentes em suas necessidades, o que requer múltiplos deslocamentos pela cidade. Nesse sentido, a divisão entre áreas residenciais e o centro, que normalmente concentra os serviços e atividades produtivas,

⁸ Angela Davis (2016) apresenta em seu livro o estudo de W. E. B. Du Bois (1920) no qual demonstra que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas” (DU BOIS, 1920). Assim sendo, não somente exerceram as funções de forma mais precoce, como também estiveram mais presentes nos espaços públicos.

⁹ Narrar o corpo da mulher pública enquanto domínio público significa assumir a gravidade da constante invasão de seu espaço privado, apropriado na forma de assédios, estupro e olhares.

marca das cidades modernistas, onera o cotidiano das mulheres. Tal modelo de cidade reflete um padrão dicotômico entre espaço público (produtivo) e o privado (reprodutivo), bem como desconsidera que os papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres determinam diferentes experiências na cidade (SILVA; FARIA, PIMENTA, 2017, p. 13).

Desse modo, dando continuidade à observação da distinção de papéis e dos reflexos da mentalidade sexista na cidade, compete o destaque à pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública (IPEA, 2012 *apud* SIQUEIRA, 2015, p. 24), que revela uma diferenciação e hierarquização dos medos das mulheres em relação aos homens: "o medo delas está relacionado à sua integridade física, o assalto à mão armada e o assassinato. Os homens sentem mais medo dos crimes relacionados ao patrimônio, o arrombamento de residência" (SIQUEIRA, 2015, p. 24). Tal afirmação demonstra que os maiores medos da mulher envolvem, majoritariamente, os seus corpos, enquanto os dos homens envolvem os seus bens. Este é o principal motivador e estruturador desta pesquisa, que atuou na coleta de narrativas anônimas e não anônimas, objetivando corporificar tais constatações aplicadas à realidade do bairro da Jatiúca.

Estabelecido à sua época em um sítio distante do núcleo originário da cidade, o bairro, situado em Maceió/Alagoas, é marcado pela heterogeneidade de um antigo espaço de ocupação de baixa renda, cuja expansão do tecido urbano promoveu transformações que incrementaram o valor da terra e resultaram no que hoje consiste em um dos bairros mais movimentados e almejados da cidade. Vale destacar que apesar de possuir um caráter predominantemente residencial, esse detém uma quantidade significativa de comércios e serviços, configurando-se atualmente como a principal zona de lazer noturna da parte baixa da cidade. Além disso, a sua característica litorânea e turística somada ao abastecimento de importantes equipamentos, escolas e shoppings nas proximidades promovem a convergência de fluxos provenientes de diversas áreas de Maceió, atraindo múltiplos usuários e usuárias ao longo de todo o dia.

Se presumirmos a Jatiúca como um dos locais de maior prestígio e movimento de Ma-

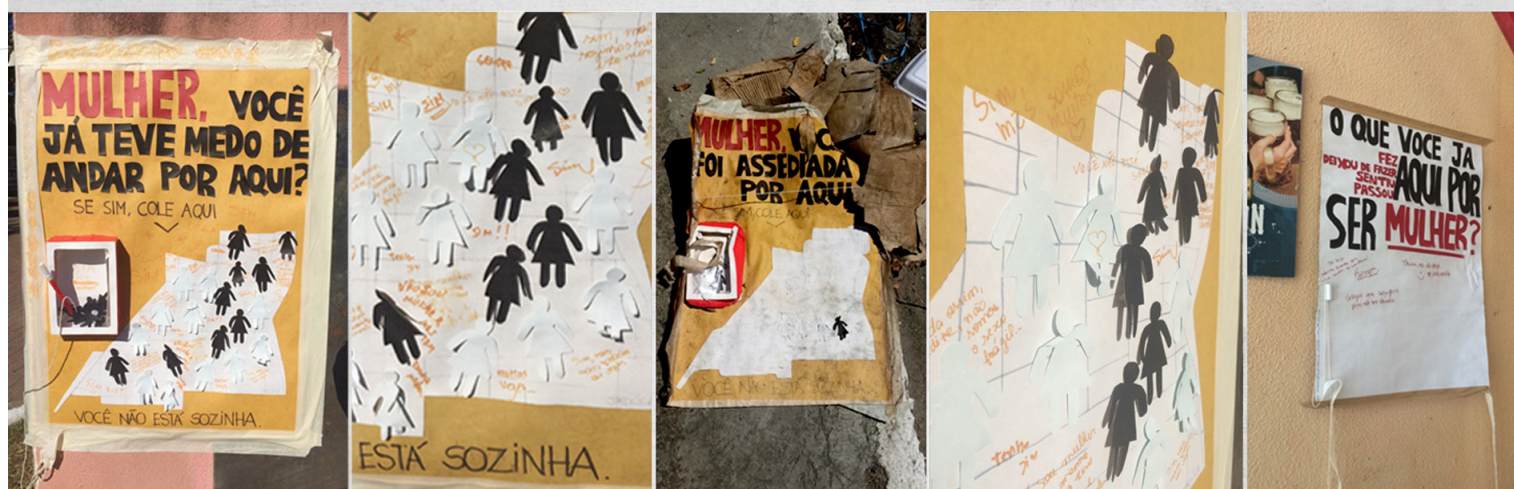
ceió, avaliar a experiência urbana feminina em seus espaços públicos significa tanto identificar e ponderar a particularidade dos privilégios da vivência dessas usuárias nesse contexto, quanto reconhecer a provável discrepância com relação a outras realidades menos favorecidas da cidade. Dessa forma, a possível obtenção de respostas alarmantes pressupõe o quão crítica é a realidade da mulher em Maceió, bem como é capaz de indicar, sobretudo, a gravidade do que pode ser o seu cotidiano em conjunturas mais desvalidas.

(IM)PERMANÊNCIAS DA MULHER NA CIDADE

Inevitavelmente, é a perspectiva do medo e da insegurança que molda a análise urbana sob o viés do gênero. Primeiro, porque sua existência consiste em um dos principais instrumentos de vulnerabilização e subordinação das mulheres em relação aos homens; segundo, porque é fundamentado nessa projeção da violência de gênero – em especial, do estupro e do assédio sexual – que é exercido o controle dos corpos. Tal fato interfere no acesso, mobilidade, segurança, lazer e em outros fatores que resultam no afastamento e impermanência da mulher em todos os âmbitos da vida pública. Centrando o olhar nesse aspecto e objetivando apresentar de forma sucinta os resultados obtidos na coleta de dados, retomaremos as quatro questões centrais pontuadas no início deste artigo, que consistem em uma sintetização dos relatos recolhidos.

A princípio, a construção da metodologia do trabalho constituiu-se enquanto obstáculo, consideradas a complexidade, aspectos subjetivos e a vulnerabilidade que envolve a coleta de relatos sobre medo e violência, muitas vezes omitidos pelas vítimas. Tentativas sem sucesso de promover diálogos aproximados e identificados demonstraram *i) a necessidade da aplicação de mecanismos que obtivessem autonarrativas anônimas*, respeitando o distanciamento entre pesquisadora e entrevistadora, e evitando o comprometimento dos dados pela falta de abertura e confiabilidade para tratar de um assunto ainda sensível.

Como solução, foram elaborados questionários e mapeamentos coletivos de preenchimento não identificado, nos quais foram coletados relatos de usuárias territorialmente dispersas e intervenções urbanas que direcionaram uma pesquisa-ação territorialmen-



te concentrada em pontos previamente destacados como críticos no bairro.

As respostas demonstraram, inicialmente, a existência de discursos dotados de contradição: quando questionadas sobre possíveis situações de violências de gênero presenciadas ou vivenciadas no bairro, uma parcela significativa replicou negativamente, mas contradisse na sequência, ao relatar, quase que inconscientemente, situações de assédio e agressão a si ou a outras mulheres. Tal postura nos leva a questionar sobre a capacidade de enxergarmos nossas próprias opressões, em especial nas situações mais constantes e naturalizadas, desconsideradas como violências de gênero.

A verificação de discursos contraditórios também demonstraram a heterogeneidade das vivências femininas, comprovando *ii) a disparidade das experiências entre as próprias mulheres*. As implicações das diversas formas de opressões evidenciam-se na medida em que, dentro de determinadas falas, o reconhecimento da vivência enquanto mulher se apresentava de forma indissociável da vivência enquanto negra, pobre, transexual, lésbica, gorda. Isso atesta um contraste nas suas maneiras de enxergar e viver o espaço: ao passo que para umas o policiamento é um forte gerador do sentimento de segurança, para outras é sinônimo de medo e repressão; enquanto a existência de edifícios com guaritas é sinônimo de segurança para certas mulhe-

res, para outras é sinônimo de privatização e elitização do espaço. Outra vez, as distinções oriundas de raça e classe mostram-se igualmente definidoras das experiências femininas, embora, constantemente, as análises de gênero tendam a ignorá-las.

Por outro lado, conforme presumia o estudo, *iii) a identificação de medos, espaços, formas de deslocamento e ocupação distintamente segregados e/ou hierarquizados para homens e mulheres* demonstra que as diferenciações acentuam-se e diferenciam-se de maneira mais expressiva quando comparadas entre os gêneros, especialmente se considerarmos que os espaços de dominação e utilização masculina¹⁰ predominam na cidade. Enquanto os homens realizam, majoritariamente, atividades de ocupação voltadas ao lazer pessoal, como a prática de esportes de skate, futebol e academia – desenvolvidas em espaços especificamente pensados para tais encargos – as mulheres destinam-se às atividades que envolvem o cuidado com outros indivíduos (filhos, cachorros e idosos, por exemplo), transferindo as responsabilidades domésticas também aos espaços públicos.

Salvo raras exceções, mulheres dificilmente são vistas sozinhas exercendo funções distintas do deslocamento. Sua presença nos espaços públicos é marcada pelo passo apressado, conduzido com cuidado por caminhos seletivos – ainda que estabeleçam percursos mais longos –, buscando aproximação com outras

Figura 1: Intervenções urbanas como metodologia de escuta anônima.

Fonte: Elaboração Autoral (2018).

¹⁰ Isso não significa afirmar que tais espaços e atividades sejam exclusivos para homens, reforçando os estereótipos de gênero, mas busca-se enfatizar a presença numerosa de homens como fator de afastamento das mulheres, que por vezes são sexualizadas, constrangidas, assediadas ou coibidas de utilizá-los.

mulheres e evitando ruas escuras, pouco movimentadas ou ocupadas exclusivamente por homens. É justamente pela indispensabilidade da *iv) adoção de comportamentos específicos e estratégias de sobrevivência como mecanismos de defesa à utilização dos espaços públicos* que permanecer tornou-se, portanto, um movimento reservado à casos de necessidade.

Ao aprofundar ainda mais nos dados da pesquisa, observa-se que a grande maioria das mulheres se sentem inseguras no bairro em virtude do medo da violação, principal receio dessas. Talvez por isso, o comportamento mais frequentemente adotado seja o controle

da vestimenta¹¹, seguido de uma série de estratégias de conduta para proteção pessoal.

Apesar da subjetividade das falas, foi possível traçar equivalências na determinação das características do bairro. A grosso modo, os relatos pontuam a ausência de pessoas como o principal termômetro de insegurança, seguidas de características físicas como: a iluminação e a tipologia das edificações. Se sobressaem, também, a ausência de policiamento, a existência de ruas predominantemente residenciais com grandes estruturas muradas, becos, pouca infraestrutura de transporte público e a ausência de comércio.

Dentre as sugestões de adequação desses espaços, foram sugeridas: a) a promoção da diversidade, incentivando o desenvolvimento de atividades destinadas à ocupação feminina de maneira coletiva; b) a garantia de um policiamento preparado especificamente para lidar com a violência de gênero; c) melhorias na mobilidade urbana, encurtando percursos por meio do incentivo à diversidade e da adequação dos pontos de ônibus; d) a adoção de fachadas ativas e relações público-privado; e e) a melhoria da iluminação noturna, bem

Figura 2: Sentimentos, medos e estratégias de sobrevivência das usuárias da Jatiúca.
Fonte: Elaboração Autoral (2018).



Figura 3: Características e propostas presentes nos relatos.
Fonte: Elaboração Autoral (2018).

¹¹ Em uma pesquisa realizada pelo IPEA no ano de 2014, quase três quintos dos entrevistados (58%) concordaram, total ou parcialmente, que "se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2017.

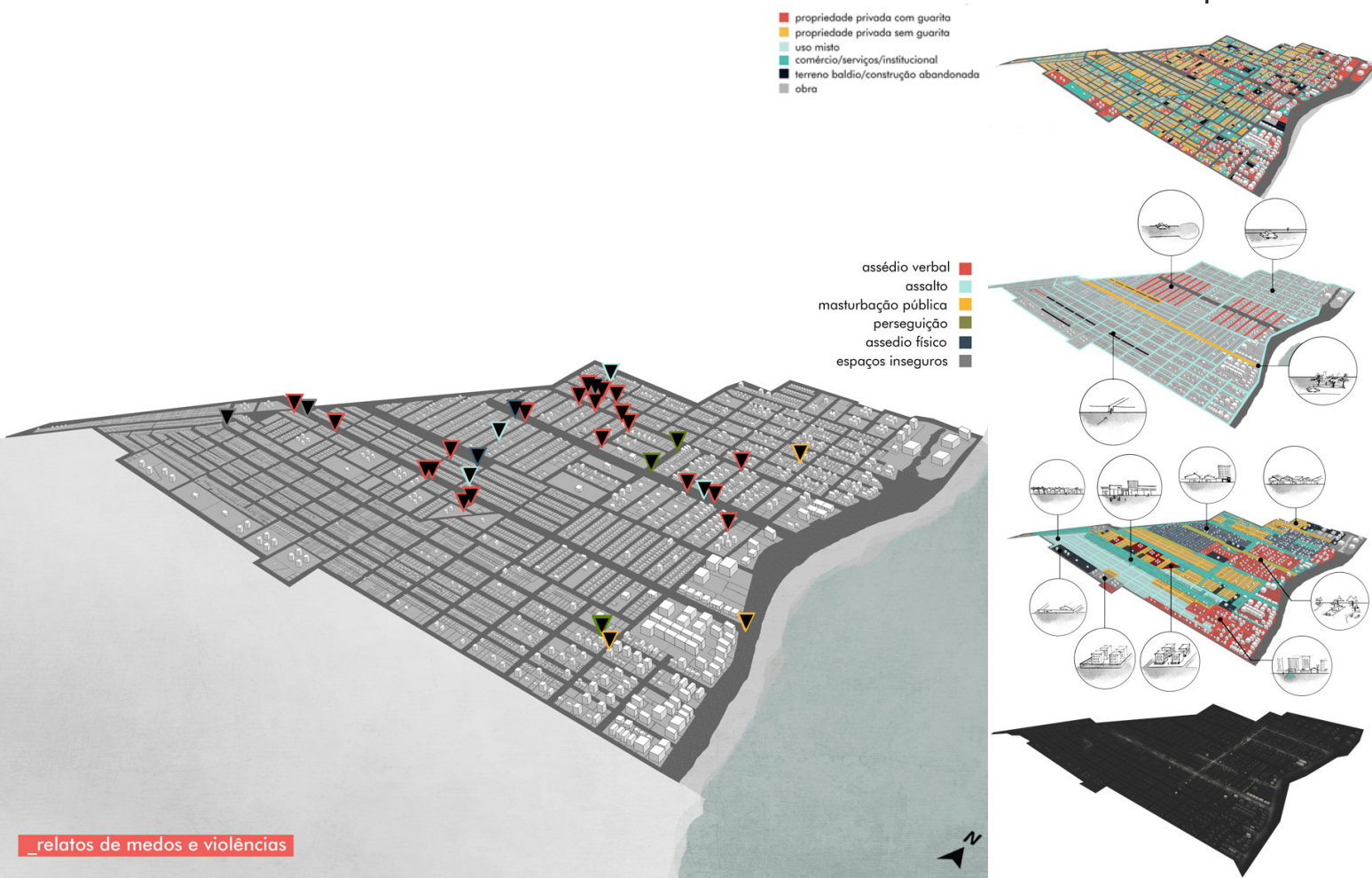
como o incentivo de atividades neste período, impulsionando o movimento nas ruas.

Por fim, relativamente às diversas violências narradas e mapeadas, alguns pontos de maior recorrência ou absurdez evidenciam-se na análise: a) o número extenso de relatos de abordagem com crianças entre 8 e 12 anos, mesmo de dentro de seus prédios; b) casos de perseguição onde a vítima, para fugir do agressor, conseguiu abrigar-se em um ponto comercial próximo; e c) os assíduos casos de masturbação pública, com maior expressão nas proximidades de praias e colégios. No primeiro ponto, fica clara a ampliação do espaço privado enquanto espaço público que, através da possibilidade de interação do sujeito, torna a sujeita uma possível vítima – especialmente crianças em estado de vulnerabilidade longe da supervisão de adultos. Enquanto o segundo ponto reforça a importância de locais e estabelecimentos que funcionem como pontos de fuga de iminentes situações de risco, o último discorre sobre a correlação entre

instituições de ensino e praias com os casos de masturbação pública, associando espaços de concentração de crianças, adolescentes e mulheres com trajes de banho para alertar não somente sobre a concentração dos casos descritos, mas especialmente de possíveis homens pedófilos.

Foram observadas, também, significativas “coincidências” territoriais: a) todos os casos de perseguição relatados ocorreram em grandes avenidas, nas proximidades de colégios ou de pontos de ônibus; b) os assaltos concentravam-se nas ruas adjacentes, menos movimentadas e predominantemente residenciais; e c) as ruas de maior movimentação coincidiam também com as ruas de maior número de assédios verbais, em sua maioria provenientes de veículos particulares em movimento. Considerando que o assédio ocorre de maneira mais exposta do que o assalto, pode-se supor que a violação do corpo da mulher é, portanto, mais aceitável do que a própria violação à propriedade privada.

Figura 4: Mapeamento de medos e violências de gênero.
Fonte: Elaboração Autoral (2018).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como, simultaneamente, usufruímos das conquistas de lutas de outras mulheres e que somos reféns de um sistema econômico e patriarcal é o primeiro passo para que possamos refletir o nosso papel como agentes fundamentais na garantia da autonomia das mulheres, em especial numa conjuntura de ameaças aos direitos democráticos e ao Estado laico.

Em primeiro lugar, é preciso enxergar a autonomia urbana como dependente indissociável do acesso da mulher ao poder. Deve-se, portanto, ir além da luta pelo direito à cidade, mas exigir o direito das mulheres ao poder e à política, em todas as instâncias. É urgente, como visto antes, reforçar a pauta da segurança enquanto prioritária dentro da vivência urbana, mas não pode e não deve ser a única. Repensar o espaço através de uma perspectiva de gênero ressalta características sociais normalizadas expressas territorialmente numa lógica masculina, que renega o direito da mulher ao lazer, à ocupação, à permanência e à livre circulação nos espaços públicos. Precisamos de mais espaços destinados às mulheres, utilizados por mulheres e pensados também por mulheres. Para isso, dentro da profissão, cabe ainda promover mecanismos voltados exclusivamente à recolha e escuta de suas demandas, evitando políticas e projetos que reforçam ainda mais os estereótipos do que é ser mulher – mãe, dona de casa, que cuida dos filhos e do marido – enfatizando a responsabilidade feminina perante as atividades domésticas e reprodutivas.

Por fim, cabe induzi-los à reflexão: o quanto do que foi visto é espaço, o quanto é imaginário e o quanto é tradição?

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Z. **Mulher**: Uma trajetória épica. Brasília: Imesp, 1997.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GONZAGA, T. O. **A cidade e a arquitetura também mulher**: Planejamento urbano, projetos

arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2011.

HARKOT, M. **A mulher, a cidade de o debate sobre o urbano**. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2015/09/02/a-mulher-a-cidade-e-o-debate-sobre-o-urbano>. Acesso em: maio 2019.

PECCINI, I. R. **Cidade, substantivo feminino: as desigualdades de gênero e o espaço público (não) vivenciado pela mulher**. 2016. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, N. A.; FARIA, D.; PIMENTA, M. **Feminismo e o espaço urbano**: apontamentos para o debate. São Paulo: XVII ENANPUR, 2017.

SIQUEIRA, L. A. **Por onde andam as mulheres? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro do Recife**. 2015. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VIANNA, F. L. **Mulheres na cidade**: A invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano. São Paulo: Dissertação, Universidade de São Paulo, 2014.

Submetido em: 16/05/2019.

Aprovado em: 04/06/2019.